

**HABEAS CORPUS Nº 514.579 - SC (2019/0164640-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : FERNANDO CORDEIRO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : FERNANDO CORDEIRO DOS SANTOS - SC053516**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : ANDRÉ LUIZ GUIOTTO SCHUARTZ (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANDRÉ LUIZ GUIOTTO SCHUARTZ, apontando-se como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela prática dos crimes previstos nos arts. 147 e 129, § 9º, ambos do Código Penal, com a incidência da Lei n.º 11.340/06, a qual foi convertida em preventiva

O impetrante argumenta que a *referida medida é inidônea e desproporcional diante da eventual pena privativa de liberdade imposta ao paciente, pois provavelmente, no caso de eventual condenação, será fixado o regime inicial aberto – já que a pena base para o delito imputado é de apenas 3 meses, estando o paciente segregado cautelarmente por quase um mês, desde 05/05/2019 (fl. 12).*

Afirma, ademais, que *a prisão preventiva foi inadequadamente motivada, porquanto fundamentada para garantir a ordem pública apenas na possibilidade de reiteração criminosa (fl. 12).*

Requer, assim, seja revogada a prisão preventiva ou aplicada cautelares diversas da prisão.

Há sentença julgando extinta a imputação pelo crime de ameaça ante a ausência de representação da vítima.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 9-11):

Trata-se de requerimento liminar para concessão da ordem de habeas corpus, baseada na inidoneidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente A. L. G. S., em razão de suposta lesão corporal perpetrada contra a vítima A. G. S.

O pleito liminar, adianta-se, não merece acolhimento A concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional, somente cabível ante a pronta verificação nos autos de evidente e manifesta coação ilegal à liberdade do paciente, o que não ocorre no caso.

Em análise da decisão combatida, extrai-se a seguinte fundamentação para o decreto da segregação cautelar:

**[...] Segundo relato da vítima A. G. S. perante a autoridade policial, ela chegou em sua residência e o conduzido estava embriagado. Que após discussão o conduzido agrediu-a fisicamente, desferindo socos em seu rosto e pegando-a pelo pescoço. Especificou que o conduzido também ameaçou-a de morte, dizendo que, se ele não conseguir mandar alguém matá-la de dentro da cadeia, assim que sair do ergástulo, ele mesmo irá fazê-lo (depoimento de fl. 44)**

Perante o Delegado de Polícia. C. R. , narrou que foram acionados pela Central para atendimento da ocorrência Chegaram ao local e a vítima lhes relatou que o conduzido estava embriagado e havia usado substâncias entorpecentes Também relatou que ele desferiu um soco nela e também pegou-a pelo pescoço. **Que um vizinho socorreu a vítima.** Que o conduzido foi preso nas proximidades da casa da vítima, escondido Que a genitora da vítima e do conduzido estavam no local. **Na mesma senda, encontra-se o relato do policial Jardel Barreto Petrikoski, que especificou que contatou marcas no pescoço da vítima e que a vítima também relatou que foi ameaçada de morte pelo conduzido (depoimentos de fl 44).**

O conduzido A. L. G. S. negou que tenha agredido a vítima, afirmando que as discussões se deram porque os familiares querem vender parte de sua casa (depoimento de fl. 44).

Pois bem. Analisando o presente Auto de Prisão em Flagrante, tenho não ser o caso de liberdade provisória, mas sim de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, nos termos do artigo 310, inciso II. artigo 312. E art. 313, II. todos do Código de Processo Penal

**Isso porque, além do conduzido ser multirreincidente, consoante certidão de antecedentes criminais de fls. 27/43, já possui duas condenações por crime de ameaça no âmbito doméstico, sendo que, uma delas, a ameaça de causação de mal injusto e grave se deu em face de sua irmã, ora vítima A. G. S. (autos n. 0008065-91.2017.8.24.0018), o que aumenta a possibilidade de reiteração criminosa, especialmente em face da mesma ofendida.**

**Não bastasse, o conduzido já possui condenação pelo crime de Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16, parágrafo único, V, da Lei n. 10.826/03), o que também aumenta a**

**periculosidade do agente (fl. 41).**

**Nesse contexto, diante da agressão física perpetrada, em tese, pelo conduzido em face de sua irmã, e considerando o histórico de delitos praticados por ele no âmbito doméstico, entendo razoável decretar sua custódia cautelar. O que se justifica para fins de garantir a ordem pública, evitando-se a prática de outros ilícitos penais, salvaguardando especialmente a integridade física e a tranquilidade psíquica da ofendida - já que há notícias de novas ameaças perpetradas pelo conduzido em face dela.**

[...]

Em decorrência, as medidas alternativas seriam insuficientes e não recomendáveis ao caso em tela. que impõe maior rigor a fim de observar o princípio da proteção eficiente, evitar sensação de impunidade ao infrator, dando uma resposta adequada aos anseios do ofendido.

Assim, entendo razoável decretar a custódia cautelar do conduzido, eis que presentes no caso dos autos os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, especialmente considerando que houve a prática de delito em situação de violência doméstica ou familiar contra a vítima.

Ante o exposto:

1- CASSO a fiança arbitrada pela autoridade policial e CONVERTO a prisão em flagrante em preventiva, mantendo o conduzido segregado, com fulcro nos artigos 310, inciso II, artigo 312, e artigo 313. II, todos do Código de Processo Penal. [...] (fls. 48-50 dos autos originários).

Facilmente verificável, pois, que o decreto da segregação cautelar está fundado em elementos probatórios contidos nos autos e em permissivos contidos na legislação pátria, os quais foram expressamente citados pela decisão combatida e cuja aplicabilidade ao caso concreto foi devidamente fundamentada pela Autoridade Coatora.

Destarte. "mostra-se plenamente fundamentada a decisão de decretação de prisão preventiva quando alicerçada na existência de materialidade delitiva e indícios de autoria, e presentes elementos que indiquem a necessidade de garantir a ordem pública." (TJSC, Habeas Corpus (Criminal) n. 4016486-22.2018.8.24.0000. da Capital, rel. Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, Quarta Câmara Criminal, j. 26-07-2018).

Ante o exposto. INDEFIRO a medida liminar almejada.

A decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fls. 4-6):

**Segundo relato da vítima A. G. S. perante a autoridade policial, ela chegou em sua residência e o conduzido estava embriagado. Que após discussão o conduzido agrediu-a fisicamente, desferindo socos em seu rosto e pegando-a pelo pescoço. Especificou que o conduzido também ameaçou-a de morte, dizendo que se ele não conseguir mandar alguém matá-la de dentro da cadeia, assim que sair do ergástulo, ele mesmo irá fazê-lo** (depoimento de fl. 44).

Perante o Delegado de Polícia. C. R. narrou que foram acionados pela Central para atendimento da ocorrência Chegaram ao local e a vítima lhes

relatou que o conduzido estava embriagado e havia usado substâncias entorpecentes Também relatou que ele desferiu um soco nela e também pegou-a pelo pescoço. **Que um vizinho socorreu a vítima.** Que o conduzido foi preso nas proximidades da casa da vítima, escondido Que a genitora da vítima e do conduzido estavam no local. **Na mesma senda, encontra-se o relato do policial Jardel Barreto Petrikoski. que especificou que contatou marcas no pescoço da vítima e que a vítima também relatou que foi ameaçada de morte pelo conduzido** (depoimentos de fl 44).

O conduzido A. L. G. S. negou que tenha agredido a vítima, afirmando que as discussões se deram porque os familiares querem vender parte de sua casa (depoimento de fl. 44).

Pois bem. Analisando o presente Auto de Prisão em Flagrante, tenho não ser o caso de liberdade provisória, mas sim de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, nos termos do artigo 310, inciso II. artigo 312. E art. 313, II. todos do Código de Processo Penal

**Isso porque, além do conduzido ser multirreincidente. consoante certidão de antecedentes criminais de fls. 27/43, já possui duas condenações por crime de ameaça no âmbito doméstico, sendo que, uma delas, a ameaça de causação de mal injusto e grave se deu em face de sua irmã, ora vítima A. G. S. (autos n. 0008065- 91.2017.8.24.0018), o que aumenta a possibilidade de reiteração criminosa, especialmente em face da mesma ofendida.**

**Não bastasse, o conduzido já possui condenação pelo crime de Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16, parágrafo único, V, da Lei n. 10.826/03), o que também aumenta a periculosidade do agente (fl. 41).**

**Nesse contexto, diante da agressão física perpetrada, em tese, pelo conduzido em face de sua irmã, e considerando o histórico de delitos praticados por ele no âmbito doméstico, entendo razoável decretar sua custódia cautelar. O que se justifica para fins de garantir a ordem pública, evitando-se a prática de outros ilícitos penais, salvaguardando especialmente a integridade física e a tranquilidade psíquica da ofendida - já que há notícias de novas ameaças perpetradas pelo conduzido em face dela.**

[...]

Em decorrência, as medidas alternativas seriam insuficientes e não recomendáveis ao caso em tela. que impõe maior rigor a fim de observar o princípio da proteção eficiente, evitar sensação de impunidade ao infrator, dando uma resposta adequada aos anseios do ofendido.

Assim, entendo razoável decretar a custódia cautelar do conduzido, eis que presentes no caso dos autos os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, especialmente considerando que houve a prática de delito em situação de violência doméstica ou familiar contra a vítima.

Ante o exposto:

1- CASSO a fiança arbitrada pela autoridade policial e CONVERTO a prisão em flagrante em preventiva, mantendo o conduzido segregado, com fulcro nos artigos 310, inciso II, artigo 312, e artigo 313. II, todos do Código

de Processo Penal.

Como se vê, consta da decisão de prisão circunstância fática que demonstra a gravidade concreta do crime, pois há relato de que o paciente *desferindo socos em seu rosto e pegando-a pelo pescoço, [...] ameaçou-a de morte, dizendo que, se ele não conseguir mandar alguém matá-la de dentro da cadeia, assim que sair do ergástulo, ele mesmo irá fazê-lo*, constitui base empírica idônea à decretação da custódia preventiva.

Consta ainda que o paciente é multirreincidente específico, *já possui duas condenações por crime de ameaça no âmbito doméstico, sendo que, uma delas, a ameaça de causação de mal injusto e grave se deu em face de sua irmã, ora vítima A. G. S. (autos n. 0008065-91.2017.8.24.0018), o que aumenta a possibilidade de reiteração criminosa, especialmente em face da mesma ofendida*, assim como possui condenação pelo crime de Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

A despeito do crime imputado ao paciente, violência doméstica – art. 129, § 9º, ambos do Código Penal –, possuir pena máxima inferior a quatro anos, o que obstaria a decretação da mais gravosa cautelar penal, *ex vi* do disposto no art. 313, I do CPP, o reconhecimento da multirreincidência permite a constrição com base no inciso II, do referido dispositivo. Nesse sentido: HC 389.328/SP, por mim relatado, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017.

Além do mais, pacífico é o entendimento desta Corte no sentido de que constitui fundamento idôneo à decretação da custódia cautelar a necessidade de resguardar a integridade física e psicológica da vítima que se encontra em situação de violência doméstica, como é o presente caso, conforme art. 313, inc. III, do Código de Processo Penal - CPP. A propósito: HC 350.435/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 15/04/2016; RHC 60.394/MA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 30/06/2015.

Aliás, há concreto risco da prática de nova conduta, haja vista não ser está a primeira vez que o paciente agride sua irmã, merecendo ser a vítima resguardada de mal maior.

Nesse aspecto, esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe.

1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator